

O EMBELEZAMENTO ARQUITETÔNICO EM ARACAJU PELA MÃO DE OBRA ESTRANGEIRA

THE ARCHITECTURAL EMBELLISHMENT IN ARACAJU BY FOREIGN LABOR

Alysson Santana Barbosa¹

Resumo: Este trabalho tem como objetivo estudar a utilização da mão de obra estrangeira nas transformações arquitetônicas da capital de Sergipe, Aracaju, nas primeiras décadas do século XX, deixando para trás os prédios públicos e privados em estilos coloniais e neoclássicos, e modificando-os de acordo com o estilo arquitetônico eclético, visto como sinônimo de modernidade. Essas modificações tinham como finalidade servir como cenário para as comemorações do primeiro centenário da Emancipação Política de Sergipe em 1920, como uma maneira de materializar tal fato. Diante disso, discorreremos acerca de documentações oficiais e periódicos que circulavam no período em questão e discutiam a respeito da exaltação do trabalhador europeu imigrante e a ausência da valorização do trabalhador local de construção civil.

Palavras-chaves: Patrimônio cultural; memória; mão de obra estrangeira; Aracaju.

Abstract: This paper aims to study the usage of foreign labor in the architectural transformations of Sergipe's capital, Aracaju, in the first decades of the 20th century, leaving behind the public and private buildings in colonial and neoclassic styles, and modifying them according to the eclectic style, seen as a sign of modernity. These modifications had the goal to serve as scenario to celebrate the first centenary of the Political Emancipation of Sergipe in 1920, as a way to materialize this fact. Therefore, we will discuss about the official documentations and periodicals that circulated in that moment and argued about the exaltation of the European immigrant worker and the lack of appreciation of the local worker of civil construction.

Keywords: Cultural heritage; memory; foreign labor; Aracaju.

¹Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Tiradentes (Unit) e mestrando em História no Programa de Pós-Graduação em História (PROHIS) pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: santanaalysson28@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A passagem do século XIX para o século XX foi marcada por transformações arquitetônicas que renovaram a imagem das cidades brasileiras, considerada por muitos como visualmente ultrapassada. Nesse contexto, destacavam-se as cidades que exalasses a modernidade. Não foi diferente o caso de Aracaju, onde se almejava a modernização da mais nova capital sergipana, deixando para trás os traços do estilo colonial, neoclássico e/ou antecessores (SANTOS; TAVARES; GRAÇA, 2020, p. 41). A adoção do ecletismo² como o mais novo símbolo de progresso e poder da República teve um papel importante para o desenvolvimento político e econômico no Estado de Sergipe, além de sua capital estar intrinsecamente ligada ao estilo arquitetônico em questão, presente em pontos monumentais da paisagem urbana.

A imigração em Sergipe foi uma das maiores atribuições para o desenvolvimento da modernidade por meio da arquitetura e identifica a origem de tais labutadores como vindos da Europa, mais especificamente de Portugal e da Itália. Sendo assim, o ecletismo presenciou a contribuição das massas imigrantes para a sua composição arquitetônica, especialmente em Aracaju. Com a abolição da escravatura e a inclusão desses estrangeiros em território nacional, as técnicas de construção foram sendo substituídas, pois a utilização dos antigos métodos construtivos já não condizia com o novo regime adotado pelos republicanos.

Com base nesse conhecimento prévio e sustentado pela literatura específica do assunto, é significativo repensar no papel da profissão e na valorização desses trabalhadores, tendo em vista as diversas formas de silenciamento na sociedade, seja relacionado à mão de obra local ou de imigrantes, constatando o ofício de profissionais na participação da formação e modernização de Aracaju no final do século XIX e meados do século XX.

A MODIFICAÇÃO PAISAGÍSTICA URBANA ARACAJUANA COMO SINÔNIMO DE MODERNIDADE

Diante dos Relatórios Presidenciais de Sergipe, analisados entre os anos de 1908 e 1918, enviados pelos Presidentes do Estado ao Presidente da República, é possível distinguir um panorama geral dos mais importantes acontecimentos da localidade. Dentre tais acontecimentos, salientamos as obras públicas e a importância dessas construções para o embelezamento e a valorização da cidade de Aracaju em um período em que o Estado estava em busca de afirmação do poder político, econômico e administrativo, ainda que tenha sido necessário desenvolver algumas manobras para

²Estilo arquitetônico revivalista que ganhou destaque à medida que cobiçava evocar elementos da arquitetura tida como antiga, uma maneira de ressuscitar a imponência na construção de monumentos inspirados em edificações do passado, beirando à imitação, com a justificativa de uma reinterpretação de vários estilos (PATETTA, 1987, p. 10).

viabilizar que essas obras entrassem em vigor. No ano de 1909, Manoel Baptista Itajahy reporta ao Presidente da República, Nilo Peçanha, a respeito das dificuldades enfrentadas a partir da crise econômica, resultando na limitação de recursos, voltados apenas para pequenos reparos nos edifícios públicos, não sendo mencionados precisamente quais seriam esses ou quais foram essas intervenções arquitetônicas, informando apenas pinturas (SERGIPE, 1909, p. 26-27), sendo priorizada a fala a respeito do Ateneu Sergipense, onde foi construído um anexo para gabinetes indispensáveis aos usuários.

Alguns dos prédios que eram fundamentais para o desenvolvimento econômico e social de Aracaju eram os grupos escolares, sendo que, apesar de ser evidente a sua importância, essas construções contavam com um valor elevado até a sua conclusão. O Governo do Estado de Sergipe providenciava o orçamento para captação de recursos para a construção dessas instituições de ensino, porém, embora muitas delas tenham sido iniciadas, os prédios estavam longe de serem finalizados e os Relatórios Presidenciais informavam que algumas das edificações estavam concluídas apenas os alicerces próximos às praças importantes, como a praça Tobias Barreto, por ser um ponto estratégico de visibilidade para a população (SERGIPE, 1910, p. 08-09).

Entre outros enredos para o barateamento de reparos em prédios públicos, no ano de 1910, foi inserida também a mão de obra militar para adequações no próprio Quartel de Polícia e na Cadeia. Como existia uma grande importância visual e funcional, os trabalhadores envolvidos nessas modificações prediais não poderiam ser profissionais despreparados para serviços, como o ladrilhamento das salas do órgão com mosaicos de cimentos, substituição de pedra calcária, além de obras mais simples, como a construção de 85 estrados de cama onde dormiam os soldados, também conhecidos como tarimbas, “(...) com as despesas apenas do material, sendo trabalho executado por soldados carpinteiros” (SERGIPE, 1910, p. 30).

Uma maneira de diminuir o custo da mão de obra nas construções das edificações pertencentes à capital sergipana foi justamente investir na educação e no aperfeiçoamento profissional no ano de 1909, com a fundação da Escola de Aprendizes Artífices, a partir do decreto nº 7.566 de 23 de setembro de 1909, que foi inaugurada apenas no dia 1º de maio de 1911 pelo Dr. José Rodrigues da Costa. Já em suas primeiras turmas havia um quantitativo de 120 alunos matriculados. A instituição em questão abrangia os cursos de ferraria, marcenaria e desenho técnico (SERGIPE, 1911, p. 42). Cinco anos após o início do seu funcionamento, em 1916, a escola citada é referenciada como uma relevante rede que presta serviços ao Estado, dando o seu devido retorno financeiro, agora com um total de 145 alunos, não muito diferente da quantidade de alunos em seu início, levando em consideração o decorrer dos seus 5 anos, embora apresente uma média de mais de 80% de frequência regular:

Nesse estabelecimento de ensino profissional mantido pelo Governo do Federal, no qual estão funcionando cinco oficinas e dois cursos obrigatórios, um primário e o outro de desenho, acham-se matriculados 145 alunos com uma frequência média de 80,6%. A produção dessa Escola no 1º semestre deste ano foi do valor de 1:105\$617 e a receita de 1.064\$303 (SERGIPE, 1916, p. 20).

Mesmo que todos esses Relatório Presidenciais não mencionem de forma direta os festejos do centenário da Emancipação Política de Sergipe, comemorado no ano de 1920, a preocupação pela busca de trabalhadores que pudessem repaginar os prédios aracajuanos é evidente, principalmente quando se trata dos prédios públicos vistos como vitrines de uma cidade moderna, além de serem entendidos como uma demonstração de que a capital do estado estava em boas mãos. Nota-se o cuidado na tentativa de alterar essas edificações, modificando completamente o seu estilo arquitetônico neoclássico³ para o eclético, além de construir novos prédios e promover outras melhorias urbanas durante os anos que antecederiam a década de 20, onde “finalmente parecia que a cidade de Aracaju iria ingressar nos trilhos da modernidade, mesmo que em passos lentos” (SANTOS, 2009, p. 2).

Inicialmente, o estilo arquitetônico aracajuano de prédios públicos e de edifícios pertencentes à alta sociedade era predominantemente neoclássico, munido de simplicidade e sutileza, caso fosse comparado ao que já vinha sendo desenvolvido em outras cidades brasileiras. Porém, a cidade não demorou muito para acrescentar características e elementos mais arrojados, em que era notória a influência arquitetônica de outras localidades nacionais, a título de exemplo, podemos mencionar a cidade de São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro. A mão de obra utilizada para a construção dessa arquitetura imponente era importada de outros lugares do Brasil e do mundo, dado que parte dos trabalhadores locais não mais satisfaziam ou acompanhavam as novas técnicas construtivas para as edificações ecléticas. Para essas adaptações arquitetônicas, é importante ressaltar a vinda de outros profissionais para a execução de prédios públicos e privados.

De acordo com os ideais da época, a mão de obra tinha que ser preferencialmente importada para evidenciar a eficiência das construções e provar que, perante à sociedade, a perspectiva de ordem e progresso idealizada pelo Governo estava dando certo. Além disso, era preciso materiais de construção condizentes com a modernização buscada pelos republicanos. Logo, esses produtos também passaram a ser importados, exceto a madeira, a cal, a areia e os tijolos, que eram nacionais. A matéria-prima que era inexistente no Brasil fez com que houvesse a sua substituição por produtos

³ Estilo arquitetônico comprometido com as inspirações de ornamentações renascentistas tendo como referência o retorno de elementos construtivos greco-romanos (SILVA; NOGUEIRA, 2018, p. 130).

nacionais. Porém, “(...) os improvisos locais na tentativa de substituir o material estrangeiro não tiveram o sucesso esperado. Houve muita improvisação malsucedida” (LEMOS, 1999, p. 86).

Com essas estratégias de importação de mão de obra, assim como dos materiais construtivos, os bens culturais de origem afro-brasileira e indígena não eram reconhecidos em Aracaju, tornando a cidade ausente de diversidade sociocultural, em que o patrimônio “(...) da capital sergipana ainda não representa um multiculturalismo democrático, pautado pelo reconhecimento oficial das diferenças” (PASSOS; NASCIMENTO, 2012, p. 9).

A nova forma de viver e construir no meio urbano era uma necessidade nacional, devido à busca pela sintonia com o padrão europeu da época sem a utilização de pessoas submetidas ao regime escravocrata. Como houve um aumento no número de edificações urbanas, a partir do século XIX, e como esse aumento ainda permaneceu pelo século XX, pela grande demanda de construções, lançaram mão do uso das técnicas disponíveis para suprir as necessidades relacionadas a construção civil (REIS FILHO, 2019, p. 152). Sendo assim, o ecletismo presenciou a contribuição das massas imigrantes para a sua composição arquitetônica. Com a abolição da escravatura e a inclusão dos imigrantes em território sergipano, as técnicas de construção foram sendo substituídas, pois a utilização dos antigos métodos construtivos já não condizia com o novo regime adotado pelos republicanos. Portanto:

organizou-se ao mesmo tempo a imigração europeia, com o objetivo principal de abastecer de mão-de-obra (...), mas que, estendendo-se a outros setores, contribuiu de forma decisiva para a melhoria das condições de produção no Brasil, sobretudo na construção (REIS FILHO, 2019, p. 149).

Após a abolição da escravatura, o Brasil precisou de mão de obra também no âmbito da construção civil. Nesse sentido, assim como no contexto nacional, o ecletismo chega em Sergipe através de imigrantes estrangeiros, que vieram com a intenção de entrar no mercado com uma proposta inovadora. Esses trabalhadores trouxeram consigo “(...) conhecimentos de construção e arte e foram implantando-os no território brasileiro, ignorando as nossas tradições locais” (SANTOS; TAVARES; GRAÇA, 2020, p. 37).

Não somente o estilo neoclássico e/ou o eclético com influência italiana se fazia/m presente/s na capital sergipana, a edificação que hoje pertence à rede supermercado GBarbosa e alguns sobrados que compõem a Avenida Otoniel Dória, a Rua Santa Rosa, a João Pessoa, a José do Prado Franco e o Beco dos Cocos, são constituídas de tipologias e elementos com influência francesa e alemã no que diz respeito às ornamentações de ascendências neorrenascentistas em suas fachadas principais, se fazendo presente componentes do barroco e balaústres em guarda-corpos executados com o que havia de mais importante em materiais construtivos decorrente da sua importação (SILVA, NOGUEIRA,

2018, p. 131), o que evidencia a grande relevância dessas influências estrangeiras nas modificações prediais, chegando a atingir até mesmo os blocos industriais em 1922 em Aracaju (Imagem 01), não somente pela mão de obra ou pela estética, mas também pela matéria-prima. Dito isso, fica claro compreender que a “(...) imigração em Sergipe compõe um cenário maior e que o discurso oficial de modernização contrastou com prática tradicionalistas por parte das elites locais” (ENNES, 2011, p. 331).

Imagem 01 – Bloco industrial pertencente a Fábrica de Tecidos Sergipe Industrial – Aracaju – Sergipe.



Fonte: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1465666/icon1465666.html. Acesso em: 17 de jan. de 2023.

Outra edificação que continha traçados arquitetônico franceses é o Mercado Modelo Thales Ferraz construído em 1926, que foi uma obra de grande impacto no centro de Aracaju, juntamente com a linha férrea acompanhada de sua estação. O Estilo do Mercado chamava atenção por ocupar todo o quarteirão, construindo-se um novo ponto comercial com a recordação de um café parisiense, em substituição à grande feira livre que se encontrava na Rua da Frente (CHAVES, 2004, p. 79).

O vislumbre pela arquitetura local já advinha antes mesmo dessas modificações arquitetônicas, demonstrando o apego da população por essas obras, o que se pode notar na fala do atual Presidente do Estado, o Coronel Pedro Freire de Carvalho, em 1914, ao descrevê-los como “(...) edifícios que lhe servem de cenário são reaes palacios que decoram a nossa capital com a sua architectura elegante de linhas bem conformadas” (SERGIPE, 1914, p. 15), ao mesmo tempo em que o Governo se diz forçado a desapropriar mais de 30 casas de pequeno valor, em sua maioria cobertas por palhas, as quais, segundo ele, estavam em desacordo com o traçado da cidade. Dentro do perímetro urbano, as exigências construtivas eram mais rígidas. Além das coberturas de palha das

residências, era também proibido o desalinhamento entre as fachadas, e era obrigatório que possuíssem pés-direitos exagerados, desapropriando e demolindo lojas e até o Trapiche Oliveira. Na zona rural, a legislação dava total liberdade sobre as residências.

A MÃO DE OBRA ESTRANGEIRA E A SUA CONTRIBUIÇÃO ARQUITETÔNICA EM ARACAJU

Entre as modificações arquitetônicas efetuadas, a que mais se destaca em registros documentais pelo uso da mão de obra diante da sua repaginação é o Palácio Olímpio Campos, deixando de ser uma edificação neoclássica e se tonando eclética por meio de adaptações construtivas e artísticas. O General Manuel P. de Oliveira Valladão faz um desabafo em seu Relatório Presidencial, no ano de 1915, a respeito do mal estado de conservação da construção, das rigorosas vistorias realizadas, dando o resultado desses pareceres, e mencionando ainda que o palácio foi:

Edificado ha mais de meio seculo, para residencia presidencial e installação da Secretaria do Governo. O palacio da Praça Fausto Cardoso acha-se presentemente desocupado, porque da rigorosa vistoria a que mandei proceder pela Diretoria de Obras Publicas, logo que tomei posse, se verificou que diversas partes do edificio se achavam bastante estragadas, principalmente a cobertura, e que só com o risco de vida alli se poderia permanecer. Não me contentei somente com o parecer da Diretoria de Obras Publicas : solicitei de outros profissionaes, engenheiros e mestres de obras, que examinassem cuidadosamente o edificio : e todos elles, cada um por sua vez, foram mais ou menos accordes na opinião de que o mencionado edificio, nas sua parte superior, efetivamente se acha muitissimo estragado e ate na imminencia de desabamento. Posteriormente se apresentou, vindo da Bahia e recommendado por pessoas que me merecem a mais alta consideração, um representante da firma Liguory & C.º. engenheiros architectos, firma que se propunha a reconstruir o Palacio e desejava, portanto, verificar o seu estado, afim de melhor formular a sua proposta : novo exame e nova opinião accorde com esta medida de previdencia, a desocupação do Palacio e de par com esta medida, a necessidade indeclinavel de reformal-o, dando-se-lhe outro aspecto externo e modificando-se-lhe as divisões internas. Do projecto dessa remodelação, foi por mim incumbido o engenheiro Liguory, que já m'o apresentou: as obras por elle orçadas andão por cerca de 200:000\$000 : mas outri orçamento calcado sobre aguas elementos, reduz esta cifra a 167:778\$905, digamos 170:000\$000 (SERGIPE, 1915, p. 09-10).

É importante frisar que nesse discurso do então Presidente do Estado de Sergipe, o General Manuel P. de Oliveira Valladão, apresenta-se uma preocupação referente ao estado do Palácio do Governo, o que resultou em rigorosas vistorias no local. Mesmo com o resultado, ele pessoalmente contrata outra equipe vinda da Bahia, coordenada pelo engenheiro Liguory, para fazer os mesmos procedimentos. Nota-se a falta de confiança no trabalhador local ao contratar outro profissional, que é de descendência estrangeira, criando uma descrença até mesmo em relação aos profissionais da

Diretoria de Obras Públicas da sua própria gestão, sendo que, nos dois casos, os resultados das patologias estruturais foram os mesmos.

Diante dos resultados das inspeções prediais, restava agora um projeto que fosse condizente com a expectativa de modernização que o Governo do Estado ambicionava para a cidade de Aracaju. Em 1917, lançou-se então um concurso com abertura ao público para apresentar propostas de reforma, mas todas foram recusadas pelo Conselho Administrativo com o argumento de que nenhuma apresentou o custo total da obra, invalidando toda a concorrência. Assim, como o serviço demandava uma certa urgência, resolveu o Governo executar administrativamente as modificações do Palácio Olímpio Campos Campos (Imagem 02) (SERGIPE, 1917, p. 41).

Imagem 02 – Palácio Olímpio Campos, também conhecido como Palácio do Governo. O antes e depois da intervenção arquitetônica executada pela Missão Artística Italiana.



Fonte - <https://www.palacioolimpiocampos.se.gov.br/>. Acesso em: 22 de dez. de 2022.

No ano seguinte, é registrado o início das obras do Palácio Olímpio, resolvendo a questão orçamentária através de preços mais convenientes, contratando também a ornamentação externa, além de outros serviços realizados por empreitadas parciais. De acordo com a prestação de serviço, toda a obra do Palácio do Governo totalizou uma quantia de 200:000\$000. “No seu processo de transformação é importante a visita da equipa de artistas italianos, que veio da Bahia a convite do Governo do Estado para realizar obras no palácio do governo” (BARBOZA, 1992, p. 52). Conforme

os Relatórios Presidenciais, o italiano, arquiteto e escultor Bellando Bellandi, vindo da Bahia juntamente com o grupo, denominado Missão Artística Italiana, fora contratado para fazer parte das intervenções, sendo responsável pelo revestimento externo, ressaltando que a sua idoneidade profissional é bem conhecida e respeitada (SERGIPE, 1918, p. 5).

Outros profissionais italianos também estavam contribuindo com essa Missão em suas respectivas ocupações, a título de exemplo, podemos mencionar Oresti Gatti como um “primoroso” pintor; Oreste Sercelli como decorador; Hugo Bozzi como construtor, que era frequentemente contratado pelo governo para fazer reparos em outras construções; Firmino Barreto, que foi o empreiteiro da obra do Palácio do Governo e também um dos responsáveis pelas alterações em suas fachadas; assim como o construtor licenciado Frederico Gentil, juntamente com a sua construtora Irmãos & Cia Ltda (BARRETO, 2005, s. p.). As modificações não ficaram restritas unicamente às fachadas, mas também atuaram na distribuição de cômodos e na introdução de processos construtivos das edificações, visto que não só tiveram um bom reconhecimento, como também deixou a população influenciada, uma vez que:

A cidade recebeu com satisfação a sugestão dos italianos e passou a imitar a obra do Palácio [do Governo] nas construções e nas reformas, coisas que aconteceram em tal quantidade que ainda hoje, depois de várias ondas reformistas, é apreciável o número de remanescentes (PORTO, 2003, p. 38).

Como o Palácio do Governo foi um marco para o primeiro Centenário da Emancipação Política em Sergipe, esses construtores foram contratados de maneira individual com o objetivo de destiná-los a áreas de conhecimento específicas, pois cada um deles dominava a técnica necessária. Bellando, como mencionado anteriormente, ficou responsável pelas fachadas juntamente com Sercelli, que trabalhava com as esculturas que ornamentaria o topo da edificação. Desde logo, Gatti realizou os serviços de pintura e decoração; as obras em madeira ficaram a cargo de José Alcides Leite, que fazia ali a primeira aplicação de piso de *parquet* em Sergipe; e Rafael Alfonso, que se destacava em pavimentação das vias públicas com paralelepípedo na rua Barão e se estendendo de um lado a outro da praça Fausto Cardoso que se interligava à ferroviária e ao Palácio Olímpio Campos. O construtor Frederico Gentil é um caso à parte, uma vez que já havia atuado em outras obras em alvenaria, como a residência Adolfo Rollemberg, atual sede da OAB/SE (Imagem 03), contratado pela construtora Barreto & Carlos pertencente a Firmino Barreto e Pedro Carlos de Santana (PORTO, 2003, p. 38).

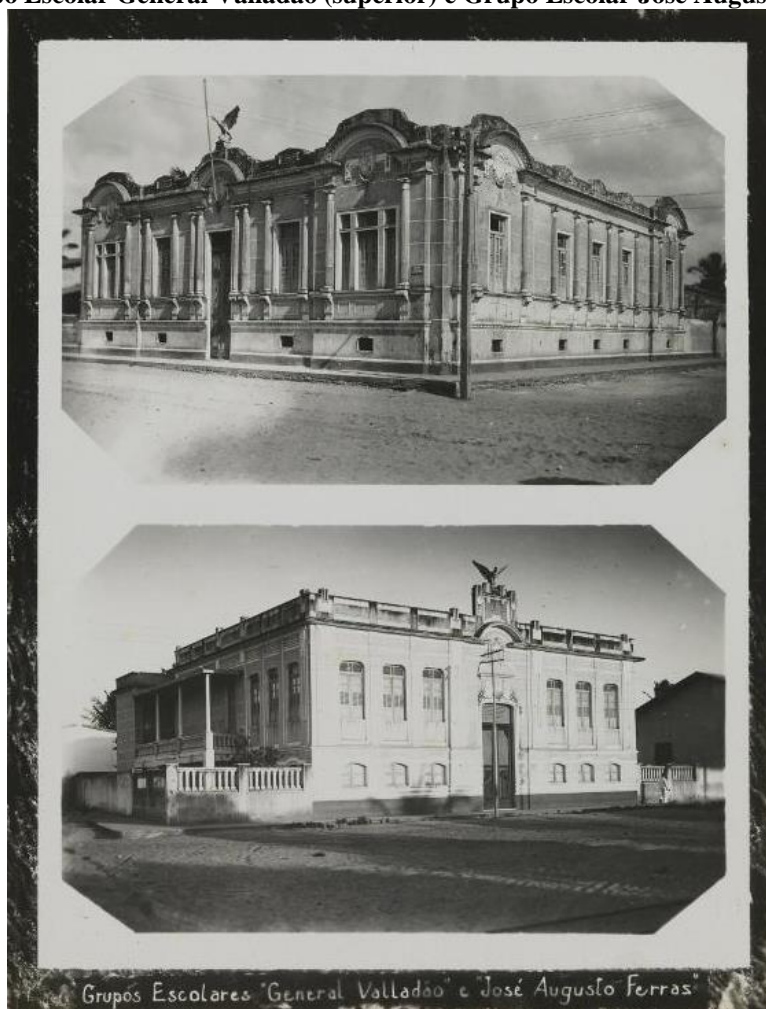
Imagem 03 – Antiga residência Adolfo Rollemberg, atual sede da OAB/SE.



Fonte: <https://oabsergipe.org.br/blog/2019/05/24/a-resistencia-aos-ataques-a-oab/>. Acesso em: 17 de jan. de 2023.

O próprio Federico Gentil era conhecido pela população pelas suas habilidades construtivas, além da competência e da boa qualidade dos seus trabalhos. Fazendo uso de seus conhecimentos trazidos de outras nacionalidades e introduzindo novas técnicas construtivas, Frederico deixou sua assinatura em diversas residências e prédios públicos que enriqueceram a cidade aracajuana (PORTO, 2003, p. 104). Assim como ele, Rafael Alfonso e Oresti Gatti se destacaram profissionalmente, ao ponto de permanecerem em terras sergipanas. Pouco se destaca a presença de profissionais sergipanos nessas obras da época, mas podemos mencionar o artista plástico José Ribeiro que aprimorou seus dotes com os estrangeiros e decorou o Café Universal situado na rua Barão.

Além do mencionado Palácio do Governo, outras edificações também passaram por reformas e modificações para o dia das comemorações do Centenário da Emancipação Política de Sergipe, dentre elas, o Palacete da Polícia, o Palacete de residência do Presidente do Estado, o Asilo Rio Branco, a Secretaria do Governo, o Palácio da Assembleia e Diretoria de Finanças, a Diretoria de Instrução Pública, a Escola Normal, o Grupo Escolar General Valladão, o Grupo Escolar José Augusto Ferraz (Imagem 04), a Cadeia Pública, a Biblioteca Pública, a Ponte do Imperador, além de aterros e pavimentações em inúmeras localidades da cidade (SERGIPE, 1918, p. 33-34).

Imagem 04 - Grupo Escolar General Valladão (superior) e Grupo Escolar José Augusto Ferraz (inferior).

Fonte:

https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasiliana/discover?rpp=10&page=2&query=aracaju&group_by=none&etal=0.
Acesso em: 10 de out. de 2022.

É exatamente no período entre os anos de 1918 e 1924 que Aracaju recebe e se destaca gradativamente com a presença do conhecimento e da cultura dos imigrantes italianos no governo de Pereira Lobo e com a comitiva acompanhada de engenheiros, arquitetos, mestres de obras, artistas plásticos e escultores com o objetivo de melhorar esteticamente Aracaju, já apelidada de “Sultana das Águas”, nome dado desde o período da chegada de Dom Pedro II, decorrente da geografia do município, permeado por dispersos rios que o banhavam, embora a nomenclatura tenha perdido força após a chegada da Missão Artística Italiana, impulsionada pelos traços arquitetônicos europeus da época (CHAVES, 2004, p. 80-81).

Mesmo com a presença dos italianos, a permanência deles ainda era de um pequeno número de indivíduos. Entretanto, esse baixo quantitativo era provido de um jogo de justificáveis interesses. A tipologia imigratória era a mesma, mas com o diferencial de que esses estrangeiros tinham o que muitos consideravam como traços sociais mais elevados, contribuindo de forma comercial, empreendedora e principalmente artística, auxiliando decisivamente na renovação urbana na primeira

metade do século XX, assim como na criação de uma pequena colônia italiana (CAPPELLI, 2007. p. 18).

Efetivamente, os imigrantes que chegavam em Sergipe buscando trabalho, muitas vezes direcionado ao trabalho agrário, salvo exceções, não tinham habilidades para trabalhos nas lavouras, o que os levava ao deslocamento por conta própria para as grandes cidades, desviando das reais ocupações a que foram destinados. Desse modo, fica claro que a imigração, apesar de muito importante para o desenvolvimento sergipano, não resolveu a “falta” da mão de obra, principalmente aquela que supriria as necessidades dos latifundiários (LAZZARI, 1980, p. 106-107).

O periódico sergipano *O Horizonte*, através de sua distribuição semanal na cidade de Laranjeiras no final do século XIX, publicava a respeito desses deslocamentos de trabalhadores para outras localidades. Segundo o jornal, essa imigração deveria ser idealizada e realizada de maneira inteligente e eficaz, não só por parte dos países que eram contemplados com esses estrangeiros (países estes que eram preparados para recepcioná-los), mas também dos países europeus que continham emigrantes destinados ao Brasil, os quais arquitetaram todo o processo de transferência quantitativa, como ocorreu na Alemanha: foi “(...) creada na Allemanha uma grande associação colonizadora, que tem por fim desenvolver em larga escala a emigração para o Brazil” (O HORIZONTE, 1885, p. 2).

Aracaju se tornou a capital sergipana em 1855 com o objetivo de se tornar o mais novo e prático centro administrativo, antes exercido pela cidade de São Cristóvão (SILVA, 2019, p. 135). Algumas das justificativas dadas para essa mudança seria a facilidade de escoamento da produção do estado, principalmente através do rio Sergipe e com o suporte dado à construção do novo porto, também para a chegada de italianos, judeus e portugueses, contribuindo com as atividades econômicas ligadas à comercialização ligado ao comércio portuário, o que favoreceu a presença de estrangeiros na segunda metade do século XIX (SILVA, 2019, p. 122). Com o movimento imigratório, a maioria desses estrangeiros não chegaram à Aracaju dos seus locais de origem, mas sim do deslocamento advindo de outros estados brasileiros, sobretudo da Bahia e Pernambuco.

Algumas dessas pessoas vieram se aventurar na tentativa de exercerem diversas atividades antes mesmo de fixarem residência e constituírem família. Muitos desses sujeitos foram encaminhados a exercícios direcionados à economia e principalmente à construção civil. O ingresso de trabalhadores imigrantes não só conseguiu se estabilizar em território aracajuano e a busca pelo trabalho assalariado, mas também uma forma de entrarem no processo de “sergipanização”, que contém “(...) um significado sociológico bem preciso: remete à organização comunitária de imigrantes, num sentido de pertencimento étnico” (SEYFERTH, 1999, p. 285). Isto facilitava na incorporação em uma nova sociedade, partilhando seus costumes, formalidades e engajamento em causas políticas.

Após a chegada dos estrangeiros italianos advindos da Bahia para Sergipe, a publicação mensal *Revista Bahia Illustrada*, dirigida pelo senhor Epaminondas Dutra, editada no Rio de Janeiro, mas tendo como sua principal função exaltar as personalidades baianas, publica, na sua edição de maio de 1920, a respeito do pronunciamento do então Presidente da República Epitácio Pessoa, relatando a preocupação com as greves dos trabalhadores em Salvador (que futuramente iria destinar trabalhadores para o Estado de Sergipe em consequência dessa greve), os classificando como “indivíduos de máos procedente, alguns que nunca foram obreiros, immiscuriam-se no movimento, com intuito de subversão da ordem social existente” (REVISTA BAHIA ILLUSTRADA, 1920, p. 10).

A própria revista direciona esses principais agentes, que supostamente estariam tumultuando a ordem nacional e social, aos estrangeiros com a justificativa de que eles seriam antagônicos à ideia de pátria, o que contraria o Governo Republicano atual. Sendo assim, a publicação expõe esses trabalhadores como pessoas que, segundo alegavam, extinguiriam a pátria formada pelos antepassados brasileiros, construída a partir da força do trabalho, que fazia parte do patrimônio cultural como fruto para as próximas gerações. Tais manifestações foram apuradas pela polícia como:

(...) agentes (que) aconselhavam meios deshumanos ou barbaros para fazerem triumphar os seus designios, de que foi signal o emprego de bombas explosivas e a arrecadação de grande provisão dellas, feitas pela autoridade nos dias da parede (REVISTA BAHIA ILLUSTRADA, 1920, p. 10).

Essas acusações vêm acompanhadas pela defesa da criação de novas leis protetoras contra essa suposta “seita”, e de irreais ideologias disseminadas pelo governo de que os estrangeiros idealizaram o fim da pátria, a destruição da família e o banimento de todas as religiões que constituíam a suposta disciplina moral da humanidade. Essas publicações da *Revista Bahia Illustrada* tinham o interesse de colocar o país contra os estrangeiros que eram descritos como nocivos e contrários aos próprios compatriotas, se associando à ação criminosa em um país livre, onde, independente da sua nacionalidade, qualquer homem no Brasil pode chegar às mais altas posições sociais.

Após essa comoção nacional a respeito desse movimento grevista, principalmente na cidade de Salvador, na primeira semana de março de 1920, a comissão do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes (SPCDC), localizado no Estado da Bahia, anuncia que foram enviados à Aracaju dois sujeitos associados a este sindicato, sendo eles artistas carpinteiros munidos com suas respectivas credenciais competentes. Nesse meio tempo, parte dos empreiteiros de obras começaram a recuar e assinar acordos com seus trabalhadores, fazendo com que alguns dos construtores associados passassem a procurar outras oportunidade de empregos em outras regiões, sendo o Estado

de Sergipe, um dos destinos para esses trabalhadores (GUIMARÃES, 2012, p. 160), o que contribuiria minimamente para a repaginação arquitetônica aracajuana.

No entanto, são de extrema importância os trabalhadores estrangeiros para a construção civil, que materializaram parte da produção do ecletismo sergipano, idealizado e construído por esses profissionais, “(...) cujos dados biográficos são muitas vezes desconhecidos” (PUPPI, 2010, p. 639). O desenvolvimento da modernidade é frequentemente atribuído à imigração, por meio da arquitetura, e distingue-se a origem de tais trabalhadores como vindos da Europa, mais especificamente de Portugal e da Itália. Destaca-se que não era necessário ter uma formação acadêmica para exercer o ofício de arquiteto e/ou engenheiro, todavia, era muito comum a presença de profissionais possuidores de estudos superiores que foram divididos em duas categorias, sendo a primeira relacionada aos profissionais com formação acadêmica, o que poderia ser comprovada através da execução de obras importantes; e a segunda categoria formada pelos que não tinham nenhum grau de estudo, mas que tinham pelo menos um ano de experiência na atividade (PUPPI, 2010, p. 651).

O PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO COMO A MATERIALIZAÇÃO DA MEMÓRIA

Em frente a essas modificações urbanas em Aracaju, destaca-se o periódico local intitulado como *Correio de Aracaju*, autodenominado independente e noticioso, pertenceu ao Sr. João Menezes, que também foi o redator. O jornal em questão foi criado para servir aos interesses do Partido Republicano Sergipense de maneira informativa, predominantemente noticiando grandes e importantes eventos do estado de Sergipe. Um prato cheio para a semana de comemoração dos 100 anos da Emancipação Política de Sergipe:

Passa no dia 24 de Outubro proximo vindouso, o primeiro Centenário da Emancipação de Sergipe. Sobejamente conhecido é o brilhante papel que, entre as suas irmãs, tem representado aquella unidade nacional. De territorio reduzidíssimo e com o seu desenvolvimento por muito tempo tolhido, sob a influencia de factores diversos, Sergipe, nem por isso deixou de ocupar sempre lugar de destaque em nosso paiz. (...) Chegou, afinal, a hora do surto material, e este ae vae realizando da maneira mais brilhante. Para isso tem concorrido em larga escala a bem orientada administração do sr. Pereira Lobo, incrementando intelligentemente as forças vivas do Estado, e dando ensejo a que cada vez mais profícuo se torne o trabalho dos sergipanos (CORREIO DE ARACAJU, 1920.a, p. 02).

A festividade ocorreu durante toda a semana, de 23 de outubro a 27 do mesmo mês, no ano de 1920. O primeiro dia (23) foi composto pela inauguração da Exposição-Feira de produtos indígenas, juntamente com os festejos populares nas praças Pinheiro Machado e na Estrada de Ferro, acompanhados de concertos públicos. O dia seguinte (24) iniciou-se com uma alvorada às 5 horas da manhã em frente à casa do Presidente do Estado; parada militar na praça Fausto Cardoso, com desfiles

das forças armadas às 13 horas; inauguração da estátua do sergipano Tobias Barreto de Menezes na praça Pinheiro Machado às 15 horas; banquete no Palácio do Governo às 20 horas, além do baile de grande gala no mesmo palácio. No dia 25, houve o popular baile no cinema Rio Branco às 21 horas. No penúltimo dia (26), houve a cerimônia do assentamento da pedra fundamental do edifício do teatro São Cristóvão às 15 horas; batalha de confete na Praça Fausto Cardoso também às 15 horas, finalizando o dia com uma recepção de gala no Clube dos Diários às 21 horas. No último dia das celebrações (27), houve como encerramento, às 13 horas, a Disputa da Taça do Centenário, mais a frente, exposições e o *Soirrée chic* no Recheio Club às 21 horas, concluindo definitivamente toda a programação do evento (CORREIO DE ARACAJU, 1920.b, p. 03).

As edificações citadas anteriormente não aparecem em suas publicações como destaque principal das celebrações, ou como um fator de inauguração, embora seja possível imaginá-las como cenários para toda a festividade, graças ao cronograma oficial, o que seria, de forma indireta, uma tentativa de exibir para a população todas as modificações realizadas nesses prédios públicos.

Apesar da data das comemorações oficiais serem no dia 24 de outubro de 1920, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe antecipou as festividades de forma mais simbólica e sucinta para o dia 8 de julho do mesmo ano, em uma edição especial da revista que leva o mesmo nome da instituição:

O fato é que, embora se tenha comemorado o centenário em 8 de julho de 1920, data defendida pelos confrades do IHGSE ao abrigo do decreto por D. João VI, o governo do Estado optou por celebrar o acontecimento em 24 de outubro, data em que chegou aos sergipanos a confirmação da emancipação. Ao longo dos anos, o 08 de julho transformou-se na celebração da independência de Sergipe do IHGSE para seus consórcios e comunidade intelectual, e o 24 de outubro uma celebração de maior participação do popular financiada pelo Estado e voltada a comemorar a história sergipana. (ANDRADE; SANTOS; FERRONATO, 2020, p. 63-64).

A publicação da própria *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe* em comemoração à Emancipação Política de Sergipe evidencia a necessidade de lembrar e solenizar uma terra admirada por D. João VI, além de demonstrar a preocupação com a memória do estado, não devendo, portanto, “(...) deixar em silêncio, despercebidamente, tão memorável acontecimento, que constitui a mais bela página da nossa vida social e política” (REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE, 1920, p. 18), patenteando os mecanismos racionais e sentimentais das questões que foram colocadas em pauta e aproveitando a possibilidade para erguer vínculos com o passado histórico.

Um dos pontos mais importantes a serem ressaltados nessas edificações que fazem parte da comemoração é a necessidade de materializar de forma imponente um fato histórico com as diferentes facetas e pontos de vista que estruturam a memória coletiva dos sergipanos, em que:

esses lugares de memória (...), o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música (...) (POLLAK, 2007, p. 3).

Percebe-se ainda que a diversidade do patrimônio de Aracaju e os meios de preservação da memória são permeados por diversas linguagens e representações, sejam elas materiais ou imateriais, se modificando ao longo da historiografia a fim de marcar e registrar importantes acontecimentos. A memória coletiva e a sua forma científica são empregadas em dois tipos de instrumentos, como os documentos e monumentos, demonstrando que o que sobrevive do imaginário de um indivíduo não é o conjunto do que aconteceu no passado, mas sim a seleção de momentos marcantes e prioritários (LE GOFF, 2013, p. 485).

Essa construção da memória, advinda de elementos arquitetônicos como símbolos construídos por trabalhadores que muitas vezes caem no anonimato, deixa traços que fixam as características de determinado acontecimento diante de algo imponente, mesmo sendo materializados por pessoas que não eram nativas daquela localidade. Deste modo, “um lugar de memória deve parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte materializar o imaterial (...)” (NORA, 1993, p. 22). O trabalho de registros materiais vem a ser uma fonte relevante para a compreensão de como se deu essa importante necessidade de preservar a memória de cada indivíduo, tomando como base edificações construídas na cidade.

Desse modo, as construções contribuem para a memória coletiva, assim como as transformações constantes promovidas por aqueles que as edificaram. Por meio disto, é possível observar a importância das edificações modificadas arquitetonicamente para o Centenário da Emancipação Política de Sergipe como forma de resguardar as memórias das vivências da população em diferentes períodos de tempo, além de evidenciar o modo como um marco histórico local dissemina, perpetua a cultura, e revela o patrimônio histórico e afetivo edificado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda a glorificação do estrangeiro resultou também na facilitação e no incentivo para a entrada dessas pessoas em diversas localidades do país, assim como ocorreu no estado de Sergipe, como possível substituidor do trabalhador nacional. Foram implementadas manobras para impulsionar esse processo de mão de obra imigratória, sustentado pelos governantes que estabeleciam decretos atribuindo vantagens a esses trabalhadores estrangeiros para os atraírem, da mesma maneira que contribuía para a sua permanência.

O uso da mão de obra estrangeira em meio às cidades sergipanas teve mais destaque no decorrer da década de 1910, após o Governo do Estado lançar editais destinados à contratação de trabalhadores afim de modernizarem arquitetonicamente os prédios públicos de Aracaju, mas, posteriormente, o mesmo edital foi cancelado por insatisfação dos projetos apresentados, e convidaram profissionais italianos que trabalhavam no Estado de Bahia, transformando a cidade, que deixou para trás a arquitetura neoclássica, e foi se moldando por meio do ecletismo.

Esse quadro de trabalhadores que contribuíram para a formação e o crescimento de Aracaju participou ativamente no processo da modernização e na transformação arquitetônica da cidade, contando com arquitetos e engenheiros diplomados/licenciados ou até mesmo carpinteiros, serventes, pedreiros, artistas plásticos, entre outros profissionais ligados a construção civil. Nesse ponto, é preciso destacar a presença desses personagens que trabalharam ativamente em construções locais, os quais não são desconhecidos pela população local, como alguns dos imigrantes italianos presentes na Missão Artística Italiana no início do século XX. Ligados a eles, está a necessidade da contratação de trabalhadores sergipanos braçais que exercessem as funções tidas como pesadas, melhor dizendo, prestadores de serviços que verdadeiramente ergueram monumentos idealizados por arquitetos e engenheiros diplomados e/ou regularizados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maristela Nascimento; SANTOS, Patrícia Batista; FERRONATO, Cristiano de Jesus,. Comemoração do primeiro centenário da emancipação política de Sergipe: Um olhar a partir das revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, v. 1, p. 52-65, 2020.

BARBOZA, Naide. *Em Busca das Imagens Perdidas: Centro Histórico de Aracaju 1900-1940*. Aracaju: Fundação Cultural Cidade de Aracaju, 1992.

BARRETO, Luiz Antônio. Estrangeiros em Aracaju (III). *Infonet*, Aracaju, 29 de abril de 2005. Disponível em: <<https://infonet.com.br/blogs/estrangeiros-em-aracaju-iii/>>. Acesso em: 23 de março de 2022.

CAPPELLI, Vittorio. A Propósito de Imigração e Urbanização: correntes imigratórias da Itália meridional às “outras Américas”. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, n. 1, p. 7-37, 2007.

CHAVES, Rubens Sabino Ribeiro. *Aracaju: pra onde você vai?* Aracaju: Edição do Autor, 2004.

CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, nº 2.962, setembro de 1920.a.

CORREIO DE ARACAJU. Aracaju, nº 2.969, setembro de 1920.b.

ENNES, Marcelo Alario. A Imigração estrangeira em Sergipe (1875-1930). *História (UNESP. Impresso)*, v. 30, n.2, p. 312-334. Ago/Dez., 2011.

GUIMARÃES. Luciano de Moura. *Ideias perniciosas do anarquismo na Bahia*. Lutas e organização dos trabalhadores da construção civil (Salvador, 1919-1922). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Bahia, 2012.

LAZZARI, Beatriz Maria. *Migração e ideologia*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1980.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão... [et. al.]. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LE MOS, Carlos Alberto Cerqueira. *A República Ensina a Morar Melhor*. São Paulo: Hucitec, 1999.

NORA, Pierre. *Entre memória e a história: a problemática dos lugares*. Proj. História, São Paulo: (10). Dez, 1993.

O HORIZONTE. Laranjeiras, nº 28, dezembro de 1885.

PASSOS, Lucas Santos; NASCIMENTO, Maíra Ielena Cerqueira. Aracaju entre o pretérito e o porvir: os bens tombados de Aracaju. In: *III Seminário Internacional de Políticas Culturais*, 2012, Rio de Janeiro. Anais Eletrônicos..., 2012.

PATETTA, Luciano. Considerações sobre o Ecletismo na Europa. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel; Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. RICOEUR, Paul. In:... A memória, a história, o esquecimento. Tradução Alain François. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007.

PORTO, Fernando de Figueiredo. *Alguns Nomes Antigos do Aracaju*. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2003.

PUPPI, Suely de Oliveira Figueirêdo. Profissionais Italianos na Salvador Eclética. In: DAZZI, Camila; VALLE, Arthur (Org). *Oitocentos – Arte Brasileira do Império à República*. Tomo 2. Rio de Janeiro: Edur-UFRRJ. p. 639-656, 2010

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

REVISTA BAHIA ILUSTRADA, Rio de Janeiro, nº30, maio de 1920.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. Aracaju, nº5, janeiro de 1920.

SANTOS, Camila Rodrigues dos; TAVARES, Edivaldo Paula Cavalcante; GRAÇA, Rogério Freire. Patrimônio e Memória: a produção da arquitetura eclética da cidade de Aracaju/SE. *Arquitetura e cadernos de graduação: ciências humanas e sociais*. Aracaju, v. 6, n. 1, p. 31-50, mar., 2020.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. *Ecos da Modernidade a Arquitetura dos Grupos Escolares Sergipanos*. 2009. Dissertação de Mestrado (Conclusão do Curso de História) - Universidade Federal de Sergipe.

SERGIPE. *Mensagem do vice-presidente de Sergipe Dr. Manoel Baptista Itajahy dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1909, ao instalar a 2ª sessão Ordinária da 9ª Legislatura*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1909. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 04, doc. 02, vol. 67.

_____. *Mensagem do presidente de Sergipe Dr. José Rodrigues da Costa Dória dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 15 de março de 1910, ao instalar a sessão Ordinária da 10ª Legislatura*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1910. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 04, doc. 03, vol. 68.

_____. *Mensagem do presidente de Sergipe Dr. José Rodrigues da Costa Dória dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1911, ao instalar a 2ª sessão Ordinária da 10ª Legislatura*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1911. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 04, doc. 04, vol. 69.

_____. *Mensagem do presidente de Sergipe Exm. Snr. Coronel Pedro Freire de Carvalho dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1914, ao instalar a 1ª sessão Ordinária da 12ª Legislatura*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1914. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 04, doc. 08, vol. 74.

_____. *Mensagem do presidente de Sergipe General Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1915, ao instalar a 2ª sessão Ordinária da 12ª Legislatura*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1915. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 04, doc. 09, vol. 75.

_____. *Mensagem do presidente de Sergipe General Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1916, ao instalar a 3ª sessão Ordinária*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1916. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 04, doc. 10, vol. 76.

_____. *Mensagem do presidente de Sergipe General Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 07 de setembro de 1917, ao instalar a 1ª sessão Ordinária da 13ª Legislatura*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1917. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 04, doc. 11, vol. 77.

_____. *Mensagem do presidente de Sergipe General Manuel Prisciliano de Oliveira Valladão dirigida a Assembléia Legislativa de Sergipe em 15 de julho de 1918, ao instalar a 2ª sessão Ordinária da 13ª Legislatura*. Aracaju: Imprensa Oficial, 1918. APES, Diversos Sergipe, Mensagens. Cx. 04, doc. 12, vol. 78.

SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer América*. A imigração em massa para a América Latina. São Paulo: EDUSP, 1999. p. 273-313.

SILVA, Clodomir de Souza e. *Álbum de Sergipe (1820-1920)*. 1. reimpr. Aracaju: Gráfica e Editora e Infographics, 2019.

SILVA, Eder Donizzeti da.; NOGUEIRA, Adriana Dantas. *Arquitetura Aracajuana: a imposição do tempo*. São Cristóvão: Editora UFS, 2018.